

POLÍTICAS PÚBLICAS DE NUTRIÇÃO NO COMBATE À FOME

BARBOSA, J. V.¹; DOMINGUES, A. F.²

Palavras-chave: Políticas Públicas. Nutrição. Segurança Alimentar.

INTRODUÇÃO

A fome, entendida como a sensação fisiológica que reflete a necessidade de alimentos, está diretamente associada a desigualdades sociais, pobreza e exclusão. No Brasil, esse fenômeno persiste como um desafio estrutural, apesar da implementação de programas públicos voltados ao seu enfrentamento. Segundo a Rede Penssan (2023), cerca de 33 milhões de brasileiros estavam em situação de fome.

Para Belik (2012), a garantia do direito humano à alimentação adequada está intrinsecamente relacionada à efetividade das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Vasconcelos (2005) reforça que o combate à fome no Brasil tem raízes históricas e atravessa diferentes governos, exigindo continuidade das políticas públicas para resultados sustentáveis.

OBJETIVO

Analisar as políticas públicas de nutrição que atuam no combate à fome no Brasil, identificando as principais estratégias e programas implementados para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa, realizada por meio de revisão bibliográfica. Foram utilizadas as bases de dados Google Acadêmico e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), considerando publicações

¹ João Victor Barbosa. Acadêmico do Curso de Bacharelado em Nutrição da Faculdade de Apucarana – FAP. Apucarana – PR. 2025.

² Angélica Ferreira Domingues. Docente Mestra do Curso de Bacharelado em Nutrição da Faculdade de Apucarana – FAP. Apucarana – PR. 2025.

entre 1999 e 2025. Os critérios de inclusão foram estudos que abordassem políticas públicas de nutrição e segurança alimentar em português. Inicialmente foram identificados 514 trabalhos, dos quais 15 atenderam aos critérios estabelecidos e compuseram a análise.

RESULTADOS

Os resultados apontam que o combate à fome no Brasil está fortemente associado à implementação de políticas públicas estruturadas. Programas como o Fome Zero e o Bolsa Família demonstraram impacto positivo na redução da fome e da pobreza, ampliando o acesso aos alimentos (Costa; Oliveira; Rêgo, 2023). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de contribuir para a segurança alimentar dos estudantes, gerou benefícios econômicos ao fortalecer a agricultura familiar (Gomes *et al.*, 2025). Da mesma forma, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) estimulou a produção local e garantiu a destinação de alimentos para populações em vulnerabilidade.

A criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), instituído pela Lei nº 11.346/2006, consolidou a SAN como uma política de Estado (Brasil, 2006). O balanço realizado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN, 2018) demonstrou avanços significativos na articulação intersetorial e na execução das ações públicas.

Entretanto, cortes orçamentários, descontinuidade de programas e o enfraquecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) resultaram em retrocessos, especialmente no período pós-pandemia, agravando os indicadores de insegurança alimentar (Santos; Silva, 2022).

CONCLUSÃO

Conclui-se que as políticas públicas de nutrição foram determinantes na redução da fome no Brasil, especialmente quando articuladas de forma intersetorial. A continuidade dessas ações depende de estabilidade institucional, financiamento adequado e participação social. Ademais, desafios contemporâneos como a transição nutricional e as mudanças climáticas demandam políticas mais integradas e resilientes.

REFERÊNCIAS

BELIK, W. O direito humano à alimentação e à segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, p. 119-132, 2012.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

CAISAN. **Balanço das ações da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2011-2018**. Brasília, DF: CAISAN, 2018.

COSTA, P. L.; OLIVEIRA, M. T.; RÊGO, R. C. O novo Bolsa Família e os determinantes sociais da saúde. *Rev. Bras. Saúde Materno Infantil*, v. 23, supl. 1, p. S37–S44, 2023.

GOMES, M. C. et al. Impacto do PNAE na renda dos agricultores familiares beneficiários do Programa Bolsa Família. **Rev. Economia e Sociologia Rural**, v. 63, 2025.

SANTOS, S. M. C.; SILVA, M. I. R. A. Insegurança alimentar e retrocessos nas políticas públicas no Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 27, n. 5, p. 1699-1708, 2022.

VASCONCELOS, F. A. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Rev. Nutrição**, v. 18, n. 4, p. 439-457, 2005.